

Liminar mantém andamento de projeto bilionário da CMPC

Decisão afasta recomendação do MPF que pedia paralisação do licenciamento

/ INDÚSTRIA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) concedeu liminar que suspende os efeitos das recomendações do Ministério Público Federal (MPF) que pediam a paralisação do licenciamento ambiental do Projeto Natureza, da CMPC, no Rio Grande do Sul. A decisão, de caráter provisório, afasta o principal entrave ao avanço do empreendimento, estimado em R\$ 27 bilhões. Na prática, a medida impede que as orientações do MPF - que sugeriam a suspensão do processo até a realização de consultas a comunidades indígenas - tenham efeito imediato sobre o licenciamento conduzido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Com isso, o processo segue em análise técnica enquanto o mérito da disputa ainda será julgado pelo próprio CNMP.

Ao analisar o pedido, o conselheiro relator Edvaldo Nilo entendeu que há indícios de que as recomendações possam ter extrapolado os limites legais desse tipo de instrumento, além de risco de prejuízo ao andamento do projeto caso fossem mantidas. A tutela de urgência havia sido requerida pelos deputados Felipe Camozzato e Marcel van Hattem, do Partido Novo.

Segundo a decisão, recomendações do Ministério Público têm caráter orientativo e não podem impor obrigações diretas ou determinar a paralisação de processos administrativos. No caso, o CNMP apontou que algumas medidas adotadas pelo MPF podem ter assumido efeito coercitivo, o que justificou a suspensão liminar.

O Ministério Público Federal havia recomendado, no início de



CMPC/DIVULGAÇÃO/JC

Conselho identifica possíveis extrapolagens legais nas recomendações

março, a suspensão imediata do licenciamento até a realização da chamada Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O órgão também defendia que fossem considerados impactos indiretos do projeto sobre comunidades indígenas.

Na análise preliminar, o CNMP também levanta dúvidas sobre a forma como essas exigências foram estruturadas, especialmente quanto à atribuição de caráter vinculante à consulta indígena e à possibilidade de invalidação de atos administrativos já praticados, pontos que podem gerar insegurança jurídica. Apesar da decisão, o debate sobre a necessidade e o alcance da consulta às comunidades indígenas segue aberto. O MPF sustenta que o projeto pode impactar populações Mbyá Guarani em áreas diretas e indiretas, o que exigiria um processo mais amplo de escuta antes do avanço do licenciamento.

Por outro lado, a liminar indica que a forma como essas exigências foram apresentadas será analisada com mais profundidade, especialmente em relação aos

limites legais das recomendações.

O CNMP também considerou o porte do empreendimento ao avaliar o pedido. O Projeto Natureza prevê a construção de uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, além de estruturas logísticas no Estado, com potencial de gerar milhares de empregos e movimentar a economia regional. Na decisão, o relator aponta que a manutenção das recomendações poderia comprometer a continuidade do projeto, com risco de prejuízos econômicos e administrativos de difícil reparação. Mesmo com a liminar, o licenciamento segue em tramitação na Fepam, que já havia solicitado prazo adicional para responder às recomendações do MPF, alegando necessidade de concluir análises técnicas e aguardar manifestações de órgãos intervenientes, como a Funai.

Em nota, a CMPC informou que cumpre de forma rigorosa “todas as exigências legais e regulatórias, em estrita observância às normas estabelecidas pelos órgãos competentes, tanto em âmbito estadual quanto federal”. Reitera, ainda, que o Projeto Natureza é uma grande contribuição para o Estado e o Brasil.

Governo federal proíbe novo mercado de apostas

/ PLANALTO

Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), publicada na sexta-feira, proíbe o funcionamento dos chamados “mercados de previsão” para esportes, eleições e outros eventos reais. A decisão inviabiliza empresas criti-

cadas por funcionarem como bets sem serem submetidas às mesmas exigências e regulações.

As maiores impactadas pela decisão do CMN são a Kalshi e a Polymarket, que têm ganhado notoriedade no mundo do mercado preditivo e tentavam conquistar o mercado brasileiro.

O governo informou que determinou o bloqueio de 27 empresas ao todo. As medidas não afetam o funcionamento do mercado regulado de casas de apostas.

As bets autorizadas pelo Ministério da Fazenda continuam podendo oferecer apostas em eventos esportivos reais.



EMPRESA INOVADORA

Paulo Boa Nova
pauloboanova1@gmail.com

Sistema FIERGS inaugura posto de atendimento em fábrica de Farroupilha

O Sistema FIERGS e a indústria Sazi Máquinas inauguraram, neste mês de abril, em Farroupilha, mais um posto de atendimento exclusivo do Senai-RS dentro de fábricas. Durante a cerimônia, o presidente do Sistema FIERGS, Claudio Bier, destacou o compromisso da instituição com a formação qualificada de profissionais.

“Esta iniciativa reflete uma diretriz clara do Sistema FIERGS: estar cada vez mais próximo das indústrias, levando educação para onde ela é mais necessária”, afirmou. Além disso, para o presidente, o espaço representa um ganho para a comunidade local. “Mais do que construir prédios, é preciso construir futuros. Neste ambiente, os alunos vão aprender, mas também vivenciar a cultura da indústria, inspirados por exemplos como o do senhor Antônio”, disse Bier em referência a Antônio Patrício Zini, presidente e fundador da indústria.

A inauguração do espaço ocorreu na mesma data do aniversário de Zini, que, inclusive, iniciou sua trajetória profissional no Senai-RS. “Este momento é muito gratificante. Estudei por quatro anos e meio no Senai, foi a instituição que me proporcionou todo o aprendizado que tive. Foi um impulso inicial”, destacou.

Nas paredes da sala de aula, réplicas de certificados do Senai-RS do empresário Zini, das décadas de 1970 e 1980, servem de incentivo aos novos alunos. O instrutor do Senai-RS Marcelo Ferreira ressaltou os benefícios da aproximação entre ensino e indústria nesse modelo. “Os alunos têm contato direto com os funcionários e com as tecnologias que a empresa disponibiliza”, explicou.

Com esta unidade, chega a 23 o número de núcleos do Senai-RS instalados dentro de indústrias em todo o estado, com atendimento direto no ambiente produtivo. Os pontos de atendimento permitem o desenvolvimento de soluções educacionais alinhadas às demandas específicas de cada segmento industrial, considerando características produtivas, estruturais e necessidades concretas das indústrias. A proposta também reforça a conexão entre qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, uma vez que os alunos já estão nas empresas e, com qualificação, têm mais oportunidades de desenvolvimento na carreira.

Atualmente, os pontos de atendimento estão localizados em empresas de Hulha Negra, Farroupilha, Carlos Barbosa, Teutônia, Tupandi, Bom Princípio, Osório, Caxias do Sul, Erechim, Rolante, Parobé, Agudo, Charqueadas, Nova Hartz e Nova Petrópolis.



DUDU LEAL

Presidente do Sistema FIERGS, Claudio Bier (de terno claro), destacou o compromisso da instituição com a formação qualificada de profissionais.